

Universidade Federal do Paraná
II Seminário de Pós-Graduação em Políticas Públicas

A Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional e a promoção de ambientes
alimentares saudáveis: estudo de caso na cidade de Curitiba, Brasil

Outubro, 2018, Curitiba

1. INTRODUÇÃO

O modelo convencional de produção de alimentos vem acarretando inúmeros danos ao meio ambiente, à saúde da população que consome e que produz esses alimentos. Em contraponto a esse modelo a agricultura ecológica possibilita uma produção sustentável, com respeito a natureza, ao saber popular e a saúde dos que produzem e dos que consomem (ONU, 2017).

A motivação para o consumo de alimentos ecológicos origina-se de fatores como cuidados com a saúde e conservação do meio ambiente, que em sua maioria estão relacionadas a gestão de riscos, filtrados pelo contato com o conhecimento que o sujeito detém (SILVA, 2006). Nesta perspectiva se insere o Consumo Responsável, definido como a intervenção do consumidor que entende que suas escolhas diárias afetam sua qualidade de vida, a sociedade, a economia e a natureza. Assim, esse consumidor (um indivíduo, um grupo ou uma instituição) busca alternativas, ajudando a construir opções saudáveis, sustentáveis e responsáveis de produção, comercialização e consumo (BADUE; GOMES, 2011).

Entretanto, é importante ressaltar que comportamentos alimentares saudáveis e responsáveis não dependem apenas dos sujeitos. Mesmo que pesquisas sobre o perfil do consumidor de alimentos ecológicos no Brasil se concentrem em aspectos relacionados à renda e escolaridade dos consumidores (OLIVEIRA; HOFFMANN, 2015), é importante atentar para a distribuição espacial dos consumidores. O local de moradia é, em grande medida, determinado por forças econômicas e políticas, levando as pessoas a se concentrarem em determinados locais, com destaque para a rede de serviços (MAGALHÃES et al, 2013). É neste contexto que se insere o significado de ambiente alimentar saudável, definido pelo território em que se vive e trabalha, onde também se manifestam os efeitos de salubridade da alimentação (KUMANYIKA, 2013). Desta forma, pensar as políticas públicas na ótica do território é buscar uma visão estratégica para a otimização dos recursos e esforços públicos para garantir um padrão de alimentar adequado à população (CAMPOS, 2011).

Neste sentido o presente trabalho objetiva delimitar e analisar o ambiente alimentar ecológico na cidade de Curitiba à luz da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, na perspectiva da produção, disponibilidade e acesso a alimentos ecológicos, buscando ainda, monitorar os efeitos da democratização do acesso, promovido pela implementação do SISAN no município. A escolha da cidade de Curitiba se deu pelo protagonismo das ações de SAN da cidade, cujas experiências do município tem sido destacadas em eventos nacionais e internacionais (CURITIBA, 2016).

2. PROPOSTA METODOLÓGICA

A cidade de Curitiba é subdividida pela prefeitura em 10 regionais, as quais serão utilizadas para delimitação espacial do estudo. Para melhor explorar o ambiente alimentar ecológico da região teremos como referência duas grandes categorias de equipamento de abastecimento alimentar:

1º - *Estabelecimentos comerciais privados de acesso a alimentos para consumo no domicílio:*

1. Mercados, 2. Supermercados, 3. Hipermercados, 4. Atacadistas ou MAX atacados, 5. Hortifrútiis, Quitandas e Sacolões;

2º - *Equipamentos públicos de comercialização de alimentos de consumo no domicílio:*

1. Mercado de Orgânicos, 2. Feiras orgânicas, 3. Programa Nossa Feira; 4. Sacolões e 5. Armazéns da Família.

O estudo proposto tem caráter descritivo e observacional, numa análise quantitativa e qualitativa realizada em duas etapas. A primeira consiste numa descrição do ambiente alimentar do município de Curitiba, com foco nos alimentos ecológicos. Esta descrição compreenderá o macro e o microambiente alimentar do Município de Curitiba, sobretudo no que diz respeito à origem, disponibilidade e acesso aos alimentos ecológicos. No macronível estão incluídas variáveis relacionadas ao número, tipo, localização e proximidade dos estabelecimentos e equipamentos públicos de comercialização de alimentos de consumo no domicílio. No micronível são contemplados fatores como origem, qualidade, preço, promoção, disponibilidade e variedade dos produtos ofertados (GLANZ et al, 2005).

Para composição do macroambiente alimentar serão utilizados dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), complementados com informações da Secretaria Municipal do Abastecimento (SMAB), Programa de Computador Google Earth e se necessário visitas técnicas aos estabelecimentos e equipamentos. Já o microambiente alimentar será analisado por meio de visitas aos equipamentos de comercialização de alimentos e aplicação de questionário. Será utilizado como questionário de pesquisa uma adaptação do Instrumento de Auditoria de Mercados/Supermercados/Sacolões do Estudo do Ambiente Obesogênico de São Paulo (ESAO) (DURAN et al, 2013). Além disso, serão analisados os dados obtidos no âmbito da Política Municipal de SAN de Curitiba.

Com a finalidade de identificar o acesso aos alimentos ecológicos será utilizada uma adaptação do Índice de Acesso a Alimentos em Estabelecimentos (HFSI) de comercialização para consumo no domicílio. Esse índice varia de 1 a 16 e é composto pelas variáveis de

disponibilidade, variedade e propaganda de itens saudáveis (frutas e hortaliças) e ultraprocessados.

Na segunda etapa as evidências empíricas serão analisadas com base no referencial dos Ambientes Alimentares Saudáveis, do conceito de Terceiro Regime Alimentar e das tendências atuais do consumo alimentar caracterizada como Dieta Neoliberal.

O conceito de “*Regime Alimentar*” foi elaborado por Friedmann e McMichael (1989), se constituindo numa linha de interpretação das transformações ocorridas no sistema agroalimentar desde meados do século XIX. Os autores descrevem três Regimes Alimentares, resumidamente o primeiro regime ocorreu entre 1870 e 1914, quando a Europa importava alimentos e matérias primas de suas colônias ao mesmo tempo em que exportava bens manufaturados, mão de obra e capital, especialmente para a construção de ferrovias. Essa divisão internacional do trabalho reafirmava a posição das colônias como produtoras de bens primários e a Europa, mais especificamente a Inglaterra, como produtora de bens manufaturados (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). O segundo regime desenvolve-se entre 1950 e 1970, no contexto pós segunda guerra mundial, na esteira da hegemonia dos Estados Unidos, cujas políticas agrícolas geraram um regime de excedentes, em grande medida desovados para os países pobres e em desenvolvimento, na forma de exportação e ajuda alimentar, resultando num quadro de dependência do sul por importações de produtos baratos (FRIEDMANN, 1993). O terceiro regime teve início em meados da década de 1980 e perdura até os dias de hoje, embora ainda não exista um consenso em torno de seus determinantes e mesmo de sua denominação. McMichael o define como “Corporate Food Regime”, enquanto Friedmann (1993) e Otero e Pechlaner (2010) o denominam “Corporate-Environmental Food Regime” e “Neoliberal Food Regime” respectivamente. Embora cada autor tenha um foco, todos convergem sobre as influências do neoliberalismo no terceiro regime alimentar global, em cujas análises são levantadas questões que enfatizam o protagonismo do capital transnacional, a liberalização do comércio internacional, a emergência de um sistema agroenergético, em sintonia com transformações produzidas pela engenharia genética e biotecnologia. Na contramão desses elementos estruturantes do terceiro regime destacam-se aqueles formados de forma contra hegemônica, no âmbito dos movimentos sociais (OTERO; PECHLANER, 2010).

Paralelamente, Gerardo Otero, Gabriela Pechlaner, Efe Can Gürcan e Giselle Liberman (2013; 2015; 2018) formulam a noção de dieta neoliberal para explicitar um desdobramento específico do Terceiro Regime Alimentar na esfera do consumo, em linha com a noção geral de “Regime Alimentar Neoliberal”. De acordo com os autores a dieta

neoliberal é composta em grande parte por alimentos densos em energia com alto teor de gordura, calorias vazias e baixo valor nutricional, alimentação frequentemente intitulada “*junk food*” em inglês ou “*comida chatarra*” em espanhol. Essa dieta tem fortes impactos negativos na saúde, derivados do sobrepeso e da obesidade, como diabetes, doenças cardíacas e vários tipos de câncer. Além disso a dieta neoliberal não afeta os indivíduos de maneira igual. Enquanto as pessoas de maior poder aquisitivo consomem mais alimentos de alta qualidade, funcionais, ricos em antioxidantes, como frutas, verduras, vinhos, e alimentos orgânicos, aquelas de menor poder aquisitivo consomem produtos de qualidade nutricional inferior, o que conseqüentemente gera índices desproporcionais de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (OTERO, PECHLANER, GÜRCAN, 2015).

Entende-se portanto que esse referencial teórico será de grande valia para explorar os dados empíricos levantados na primeira etapa da pesquisa.

3. O AMBIENTE ALIMENTAR ECOLÓGICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAN EM CURITIBA

Após um prolongado declínio, as estimativas mais recentes indicam que a fome global aumentou em 2016 e agora afeta 815 milhões de pessoas. Por outro lado, as taxas de sobrepeso e obesidade na infância estão aumentando na maioria das regiões e entre os adultos em todas as regiões. Na América Latina e Caribe por exemplo, um quarto da população adulta é considerada obesa (FAO, 2017).

Nos últimos anos ocorreu um aumento na disponibilidade e consumo dos alimentos ultraprocessados, principalmente nos países em desenvolvimento, produtos que contêm altos níveis de sal, açúcar, gorduras saturadas, aditivos químicos e baixos teores de vitaminas, minerais e fibras (OMS; OPAS, 2015). Observa-se também uma redução no consumo de alimentos regionais e minimamente processados, como é o caso do consumo de feijão no Brasil, que caiu de 67,5% em 2012 para 61,3% em 2016 (BRASIL, 2016).

Essa coexistência de fome, sobrepeso, obesidade, e aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, associada ao sedentarismo promovido pelo estilo de vida moderno, está contribuindo para a transição epidemiológica e nutricional, onde as doenças carenciais e infecciosas estão sendo reduzidas e as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (câncer, diabetes mellitus, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares) estão atingindo números alarmantes. No Brasil, as DCNT são responsáveis pela maior causa de morte e estão diretamente relacionadas ao estilo de vida da população. Um dos principais fatores que

contribuem para o desenvolvimento e controle dessas doenças, são os hábitos alimentares (BRASIL, 2014).

Importante associar o papel do sistema alimentar à essa situação de insegurança alimentar e nutricional, uma vez que um ambiente alimentar que oferta massivamente produtos não saudáveis, que trata comida como mercadoria, contribui para a má alimentação da população que nele se insere (DURAN et al, 2013). Historicamente o ser humano sobreviveu com base em alimentos nutritivos prontamente disponíveis no ambiente, embora não seja possível identificar a exata composição de uma dieta nutritiva. Na realidade, como afirma Nestle (2007) a dieta é uma “questão política”, envolvendo uma simbiose entre os diferentes segmentos da indústria alimentar, ao mesmo tempo em que estes desenvolvem uma relação promíscua com Estado em suas distintas instâncias. Assim é que a ação regulatória pelo Estado favorável aos produtos alimentícios industrializados, além de estimular sua produção, promove um ambiente favorável a esses alimentos, ampliando o mercado dessas empresas, e aumentando os ganhos financeiros de seus acionistas. De acordo com Nestle, essa realidade associada a estratégias de publicidade, conveniência (proporcionada por refeições prontas e/ou produtos pré-processados), oferta de porções alimentares maiores de produtos atraentes ao paladar, com grande quantidade de açúcar, sal e gordura, contribuem para um ambiente que a autora denomina: “COMA MAIS” (NESTLE, 2007). Essa reflexão é relevante para evitar a culpabilização exclusiva do consumidor, descartando, portanto, a noção de racionalidade do indivíduo em suas ações e decisões de consumo.

No Brasil, o acesso da população à alimentação adequada e saudável foi legalmente garantido na Lei nº 11.346/2006, denominada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), promovendo assim o direito humano fundamental e social a partir da emenda constitucional (EC) nº 64 de 2010. A LOSAN criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que objetiva aproximar produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, resultando no conceito brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):

“A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

Em 2015, nove anos após a criação da LOSAN, na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foi definida “Comida de Verdade”, conceito que dialoga com a definição de SAN, através da promoção e valorização de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis:

“Comida de verdade é a salvaguarda da vida e do planeta, é saúde, é justiça socioambiental, é direito humano. Ela começa já com o aleitamento materno e deve ser assegurada em todo o ciclo de vida. Sua plena realização requer que os povos tenham acesso à água e possam exercer o direito soberano de produzir e consumir alimentos saudáveis, variados, in natura ou minimamente processados, com preços acessíveis, provenientes de sistemas socioambientalmente sustentáveis, como os sistemas agroecológicos e circuitos de comercialização direta” (CONSEA, 2015a).

O conceito de Comida de Verdade enfoca a procedência dos alimentos e aborda a questão dos sistemas sustentáveis de produção, a exemplo dos alimentos ecológicos.

Essa associação de alimentação saudável e ecológica é de extrema importância, uma vez que o modelo convencional de produção de alimentos vem causando consequências negativas para o ambiente, para a saúde dos que produzem e consomem esses alimentos (ONU, 2017). Dentre os efeitos da exposição crônica a ingredientes ativos de agrotóxicos para a saúde podem ser citados, além do câncer, infertilidade, impotência, abortos, malformações fetais, neurotoxicidade, desregulação hormonal e alterações no sistema imunológico (BRASIL, 2015). Em 2015 foi mundialmente reconhecido o potencial carcinogênico de quatro inseticidas e um herbicida utilizados na produção de alimentos, dentre os quais a malationa, a diazinona e o glifosato, ainda amplamente usados no Brasil (OMS, 2015).

Ainda que as legislações brasileiras para uso de agrotóxicos em alimentos sejam mais flexíveis, comumente são utilizadas quantidades acima dos limites máximos permitidos e agrotóxicos proibidos, o que torna a situação ainda mais preocupante. De acordo com o último relatório nacional de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos, 19,7% das amostras pesquisadas entre 2013 e 2015 estavam irregulares (BRASIL, 2016). De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) são registradas mundialmente 200 mil mortes por intoxicação aguda/ano e cerca de 90% das mortes ocorrem em países em desenvolvimento, panorama associado à flexibilidade das legislações nesses países (ONU, 2017).

A presença de resíduos de agrotóxicos ocorre também em muitos produtos alimentícios processados, como biscoitos, salgadinhos, pães, cereais matinais, lasanhas,

pizzas e outros que têm como ingredientes trigo, milho e soja, por exemplo. Ainda podem estar presentes nas carnes e leites de animais que se alimentam de ração com traços de agrotóxicos (BRASIL, 2015). O uso de agrotóxicos no Brasil aumentou 288% entre 2000 e 2012, dado que atribuiu ao Brasil o título de maior consumidor de agrotóxicos do mundo (ABRASCO, 2015). Além dos danos a saúde dos produtores e consumidores, a intensa contaminação do ambiente, esse aumento dos resíduos de agrotóxicos afetou o leite materno (de mulheres residentes em Londrina/PR) e a água para consumo humano, bem como a água da chuva (nos estados de Mato Grosso e Ceará). (MOREIRA et al., 2010 e MARINHO, 2010).

O Brasil também está no topo de consumo das sementes transgênicas, ocupando a 2ª posição mundial em área cultivada com transgênicos (CONSEA, 2015b). Existem evidências de que estes produtos aumentam o risco de distúrbios mamários, hepáticos e renais em camundongos. Também, ao contrário do que se apregoava, as lavouras com sementes transgênicas têm demandado o uso intensivo de agrotóxicos (CONSEA, 2015b).

Em contraponto a esse modelo convencional de produção e consumo, existe a produção ecológica de alimentos. Para fins desse texto estão sendo consideradas como agricultura ecológica a produção de alimentos de base orgânica e agroecológica, embora distintas. É denominada agricultura orgânica o modelo de produção que não utiliza insumos químicos. Já a Agroecologia, que também compartilha as técnicas da agricultura orgânica, vai além, configurando-se como reação aos modelos agrícolas depredadores, através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a subsistência e a Segurança Alimentar das comunidades rurais (LEFF 2002).

Um dos pilares do SISAN é a promoção de um sistema agroalimentar sustentável para o Brasil. Esse sistema está em construção desde 2006 e uma das etapas mais importantes está ocorrendo neste momento, quando as políticas de segurança alimentar estão ganhando capilaridade, propagando-se por meio da adesão dos municípios e da implementação do sistema a nível local.

Curitiba, objeto de estudo desta pesquisa, foi um dos primeiros municípios a aderir ao SISAN através do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) em 2016, com vigência até 2019. O Plano foi construído a partir do mapeamento das ações de SAN realizadas no município, somadas as propostas aprovadas na II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CURITIBA, 2016).

O PLAMSAN aborda as ações de acesso aos alimentos ecológicos já consolidadas em Curitiba, que são as Feiras Orgânicas e o Mercado de Orgânicos. O Mercado de Orgânicos é o primeiro mercado público no Brasil destinado exclusivamente a venda de produtos orgânicos. As Feiras Orgânicas, estão situadas em 14 pontos da cidade e respondem a uma média de 100 toneladas de alimentos comercializados ao mês (CURITIBA, 2016).

Entre as ações planejadas no Eixo 4 do PLANSAN - Mercado Corresponsável Com o Consumo Consciente - estão a ampliação dos pontos de comercialização de produtos orgânicos e a inclusão de produtos orgânicos no Programa Nossa Feira, com preços diferenciados, sendo esta última destacada no documento como deliberação da II CONSAN, ou seja, uma ação proposta pela sociedade civil durante a Conferência.

O Programa Nossa Feira, implantado em 2014, funciona de forma itinerante, com pontos em 20 locais pré-determinados da cidade, especialmente onde há maiores índices de pobreza e vulnerabilidade social. O processo ocorre diretamente entre agricultores familiares e consumidores, sendo eliminada a figura do atravessador, o que possibilita aos consumidores economia entre 40% e 52%, em relação aos preços praticados no varejo. Nas feiras itinerantes são comercializados hortifrutigranjeiros convencionais devendo, após aprovação do PLANSAN, incluir produtos ecológicos entre os alimentos, atendendo assim regiões periféricas da cidade, que terão acesso à Comida de Verdade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vasta bibliografia tem demonstrado que o consumo de alimentos de base ecológica é uma premissa para atender as diretrizes da Segurança Alimentar e Nutricional e da Comida de Verdade. No entanto a disponibilidade e o acesso a esses alimentos dependem de uma série de fatores, entre os quais o ambiente alimentar em que as pessoas residem e trabalham. Ambiente este pré-definido por questões sociais e econômicas, que influenciam de forma direta na dieta e na saúde da população.

As Políticas Públicas são definidas por um conjunto de medidas que visam resolver determinado problema social. No Brasil, o tema da Segurança Alimentar e Nutricional foi inserido na agenda governamental de forma mais consistente em 2003, a partir de quando logrou-se uma série de avanços promovidos pela expansão e criação de Políticas Públicas de SAN, que resultou na saída do país do Mapa da Fome da FAO em 2014.

Entretanto pouco se avançou no que diz respeito à regulação de marketing, publicidade e propaganda de alimentos industrializados, regulação de insumos químicos para

produção de alimentos e taxaço de produtos não saudáveis. Ademais o Brasil oferece uma série de subsídios e incentivos à indústria alimentar, a indústria de agrotóxicos e ao agronegócio, em detrimento da agricultura familiar e ecológica de pequena escala, que embora seja o setor mais relevante no que tange a produção de Comida de Verdade, recebe incentivos muito inferiores. Por conseguinte os índices de sobrepeso e obesidade, assim como os de doenças crônicas não transmissíveis vêm apresentando aumento acelerado nas últimas décadas, acompanhando o cenário global.

As Polícias Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Curitiba são conhecidas internacionalmente e contemplam intervenções governamentais voltadas para a disponibilidade e acesso aos alimentos saudáveis e ecológicos. Desta forma, esta pesquisa pretende explorar de forma mais detalhada a estrutura do ambiente alimentar ecológico da cidade e analisar em que medida as Políticas de SAN promovem ambientes que proporcionam o consumo de Comida de Verdade de seus cidadãos no contexto do Terceiro Regime Alimentar Global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Org. CARNEIRO, F. F.; SILVA AUGUSTO, L. G. da; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÜRIGO, A. C. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BRASIL. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2006.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA): **Relatório das análises de amostras monitoradas no período de 2013 à 2015**. Brasília, nov. 2016.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva - INCA. **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer Acerca dos Agrotóxicos – 2015**.

_____. Ministério da Saúde. **VIGITEL Brasil 2016**. Brasília/ DF, 2017.

BADUE, A. F. B; GOMES, F. F. F. Caminhos para Práticas de Consumo Responsável: **Parceria entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras**. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

CAMPOS, E. C. S. **Território e Gestão de Políticas Públicas: Uma Reflexão Sob a Perspectiva do Sistema Único de Saúde - SUS**. In: Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, p. 1-10, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Relatório Final da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Relatório Final, Carta Política, Manifesto, Proposição e Moções**. Brasília/ DF, 2015a.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Documento de Referência para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Comida de Verdade no Campo e na Cidade**. Brasília, 2015b.

CURITIBA. **Primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar de Curitiba – PLAMSAN 2016/2019**. Prefeitura do Município de Curitiba. Secretaria Municipal do Abastecimento – SMAB, 2016.

DURAN, A. C. F. L.; DIEZ-ROUX, A. V.; LATORRE, M. R. D. O.; JAIME, P. C. **Neighborhood Socioeconomic Characteristics and Differences in the Availability of Healthy Food Stores and Restaurants in Sao Paulo, Brazil**. Health Place, 23:39-47, 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World**. 2017.

FRIEDMANN, H. **The political Economy of Food: the rise and fall of postwar international food order**. American Journal of Sociology, 1982, pg 248-286, 1993.

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. **Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present**. Sociologia Ruralis, Vol. XXIX-2, pg 93-117, 1989.

GLANZ, K.; SALLIS, J. F.; SAELENS, B. E.; FRANK, L. D. **Healthy Nutrition Environments: Concepts and Measures**. Am J Health Promot, 19:330-3, 2005.

KUMANYIKA S. **INFORMAS (International Network for Food and Obesity/non-communicable diseases Research, Monitoring and Action Support): summary and future directions**. Obes Rev, 14 Suppl 1:157-64, 2013.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. Tradução de Francisco Roberto Caporal. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002.

MAGALHÃES, F. C.; BRASIL, S. K. D.; MONTEIRO, A. I.; GUIMARÃES, J. **O Território e a Saúde: um Diálogo Necessário**. 17º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem. O Clássico e o Emergente: Desafios da Pesquisa em Enfermagem. Natal/RN, p. 2567-2569, 2013.

MARINHO, A. M. C. P. **Contextos e Contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-CE: o espelho do (des) envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente**. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOREIRA, J. C. et al. **Avaliação do risco à saúde humana decorrente do uso de agrotóxicos na agricultura e pecuária na região Centro-Oeste.** Relatório de Pesquisa. Brasília: CNPq 555193/ 2006-3, 2010.

NESTLE, M. **Food Politics: how the food industry influences nutrition and health.** Berkley, Los Angeles, London. University of California Press, 2007.

OLIVEIRA F. C. R; HOFFMANN, R. **Consumo de Alimentos Orgânicos e de Produtos Light ou Diet no Brasil: Fatores Condicionantes e Elasticidades-Renda.** Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 22(1):541-557, 2015.

ORGANIZACION DAS NACIONES UNIDAS. Consejo de Derechos Humanos. 34º período de sesiones. **Informe de la Relatora Especial sobre el derecho a la alimentación.** Feb./mar. 2017.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUDE (OPAS); ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **Departamento de Enfermedades no Transmisibles y Salud Mental.** Alimentos y bebidas ultraprocesados en América Latina: tendencias, efecto sobre la obesidad e implicaciones para las políticas públicas. Washington D.C., 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS. **Saúde nas Américas: panorama regional e perfis de países,** 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC). **IARC Monografias Volume 112: Avaliação de cinco inseticidas organofosforados e herbicidas.** 20 mar. 2015.

OTERO, G. **Dieta neoliberal y «comida» chatarra.** Observatorio del Desarrollo v. II n. 6, abr.-jun. 2013.

OTERO, G; PECHLANER, G ; GÜRCAN, E. C. **The Neoliberal Diet: Fattening Profits and People.** The Routledge Handbook of Poverty, Estados Unidos: Routledge. Edit: Haymes, S; Haymes, M. V; Miller, R. p. 472-480, 2015.

OTERO, G; GÜRCAN, E. C; PECHLANER, G; LIBERMAN, G. **Food Security, Obesity and Inequality: Measuring the Risk of Exposure to the Neoliberal Diet.** Jornal of Agrarian Change, v. 18, ed. 3, jan. 2018.

PECHLANER, G; OTERO, G. **The Neoliberal Food Regime: Neoregulation and the New Division of Labor in North America.** Rural Sociology 75(2), p. 179–208, 2010.

SILVA, P. J. **Escolhas e Influências dos Consumidores de Alimentos na Modernidade Reflexiva: um estudo em supermercados.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2006.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.